

Relatório de Reunião Especial

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Educação – SEE**

✓ I – Apresentação

No dia 9/10/2019, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia recebeu Júlia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 2º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado. Foram convidadas para a reunião as Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Mulher.

✓ II – Presenças

- **Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia:** deputadas Beatriz Cerqueira (presidente da comissão e da reunião) e Leninha (suplente); e deputados Bartô, Coronel Henrique (suplente), Coronel Sandro, Leonídio Bouças (suplente), Professor Cleiton e Professor Wendel Mesquita (suplente). Falta justificada: deputado Betão.
- **Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:** deputados Professor Wendel Mesquita (presidente), Duarte Bechir (vice-presidente), Professor Cleiton, Luiz Humberto Carneiro (suplente) e Zé Guilherme.
- **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social:** deputado Celinho do Sintrocel (presidente); deputada Marília Campos e deputados Gustavo Valadares, Mário Henrique Caixa e Roberto Andrade.
- **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:** deputada Marília Campos (presidente); deputadas Andréia de Jesus (vice-presidente), Celise Laviola, Leninha, Beatriz Cerqueira, Ione Pinheiro e deputado Doutor Jean Freire.

- **Demais deputados presentes:** deputadas Laura Serrano e Rosângela Reis e deputados Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago, Bruno Engler, Carlos Henrique, Charles Santos, Cleitinho Azevedo, Dalmo Ribeiro Silva, Fernando Pacheco, Gil Pereira, Guilherme da Cunha, João Vítor Xavier, Noraldino Júnior, Raul Belém, Sávio Souza Cruz e Tito Torres.

III – Discussões

1) Síntese da exposição da secretária de Estado de Educação, Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna

Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna iniciou sua apresentação ressaltando o empenho da Secretaria de Estado de Educação – SEE – para melhorar a comunicação com os deputados, tendo em vista que esta foi uma das demandas apresentadas por eles durante o primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza. Informou que, até o momento, o órgão recebeu 2.502 ofícios advindos da ALMG, o que corresponde a média de 12 documentos por dia, e destacou o esforço do órgão em atender as demandas apresentadas com respostas a contento.

No tocante às políticas educacionais, expôs que a SEE tem atuado em três pilares: infraestrutura, projeto pedagógico e valorização profissional. A secretária destacou as seguintes ações da Pasta:

- investimento de R\$49 milhões no programa Mãos à Obra na Escola, que está em sua segunda etapa, realizando obras emergenciais em 342 unidades de ensino;
- regularização dos repasses dos recursos financeiros às escolas: transporte escolar (R\$253 milhões), manutenção e custeio (R\$18 milhões) e alimentação escolar (R\$115 milhões);
- acordo com a Associação Mineira de Municípios – AMM – para regularização do passivo de mais de R\$92 milhões devido aos municípios relativos ao transporte escolar;
- Campanha de Busca Ativa, que conseguiu o retorno de cerca de 15 mil estudantes infrequentes às salas de aula;

- Programa de Reforço Escolar para o Fortalecimento da Aprendizagem, compreendendo 114 mil vagas em mais de 1.600 escolas para oferta de reforço escolar em português e matemática;
- Programa Gestão pela Aprendizagem, cujos objetivos são combater a evasão escolar, reduzir as desigualdades regionais no ambiente escolar e elevar os indicadores de aprendizagem. O programa prioriza as localidades de vulnerabilidade;
- nomeação de 8.000 servidores até o fim do primeiro semestre de 2020 (1.000 nomeados em setembro de 2019, 1.000 nomeados em outubro de 2019 e 6.000 a serem nomeados até julho de 2020);
- pagamento do Adicional de Valorização da Educação Básica – Adveb – para mais de 9.000 servidores que têm direito ao benefício.

Outras informações sobre a gestão do setor educacional integram o Relatório Gerencial – Análise do Segundo Quadrimestre de 2019, encaminhado à ALMG previamente a esta reunião.

2) Assuntos abordados pelos deputados presentes à reunião

2.1) Recursos destinados à Educação

Os parlamentares questionaram a baixa execução do orçamento da educação (aplicação do mínimo constitucional de 25% da receita de impostos e transferências), que, até o momento, apresenta o percentual de 17%. Segundo eles, para atingir o mínimo constitucional seria necessário a aplicação de cerca de R\$3 bilhões em educação. Houve questionamentos também sobre a execução da Quota Salário Educação – Quese –, cujo déficit na aplicação seria de R\$78 milhões.

A secretária de Educação informou que a execução dos recursos da educação no período atual é de 19% do valor destinado à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino na Lei Orçamentária vigente. Enfatizou os desafios da educação, em face da atual insuficiência de recursos financeiros, e

afirmou que a execução financeira do mínimo constitucional em educação poderia comprometer o pagamento dos profissionais de educação aposentados. Disse que a secretaria, diferentemente da gestão anterior, tem buscado realizar os pagamentos e não apenas empenhar as despesas – segundo a secretária, na gestão anterior foram firmados cerca de 42.000 termos de compromissos com as escolas, sem lastro financeiro para execução, o que gerou expectativas na comunidade escolar. Afirmou que em 2019 será aplicado o mínimo constitucional de 25% da receita de impostos e transferências.

A titular da Pasta da educação também apresentou um comparativo de execução financeira em obras, manutenção e custeio, e alimentação e transporte, no período 2015 a 2019. Segundo as informações, o Estado executou R\$393,3 milhões, em 2015; R\$250 milhões, em 2016; R\$773,3 milhões, em 2017; R\$184 milhões, em 2018; e R\$646,2 milhões até setembro de 2019. O investimento em 2019 seria, portanto, três vezes maior que o de 2018.

Em resposta à secretária, os parlamentares lembraram que o pagamento dos aposentados não pode ser inserido no cômputo dos 25% destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e que os recursos provenientes da Qese seriam suficientes para incorporar os abonos salariais devidos aos servidores da educação em seu vencimento básico.

Compromisso e posicionamento da secretária

Aplicação do mínimo constitucional de 25% da receita de impostos e transferências em 2019.

RQN nº 3.492/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a execução dos recursos do salário educação – Qese – em 2019.

COMPROMISSO
REQUERIMENTOS

RQN nº 3.477/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre como o Estado está se organizando para viabilizar a aplicação do mínimo constitucional em manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – no exercício de 2019 e sobre a execução financeira das despesas com MDE, consolidadas em demonstrativo atualizado.

2.2) Profissionais de educação

Foram abordadas pelos parlamentares as seguintes questões relativas à valorização dos profissionais de educação:

- cumprimento de pagamento do piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica;
- cumprimento do Decreto nº 46.206, de 2013, que regulamenta o parágrafo único do art. 22 da Lei nº 15.293, de 5/8/2004. O decreto estabelece os critérios para que o tempo que o servidor exercer a direção da escola seja contado para fins de progressão no cargo efetivo e não estaria sendo aplicado.
- alteração da tabela de vencimento do cargo de provimento em comissão de diretor de Escola, que, nos termos da Lei nº 15.293, de 5/8/2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado, é calculado proporcionalmente ao número de alunos, até o limite de 1.500. Os parlamentares solicitaram a ampliação desse limite para, pelo menos, 2.500 alunos, com consequente aumento do vencimento desses profissionais;
- publicação dos atos de designação de vice-diretores;
- redução do passivo de aposentadorias, visando reduzir o número de processos de aposentadoria pendentes;
- abertura de novo processo de Certificação Ocupacional de Diretor de Escola Estadual;

- impactos de uma possível adesão ao Regime de Recuperação Fiscal nas nomeações de servidores aprovados em concurso público.

Em resposta, a secretária enfatizou que, caso o Estado não consiga encontrar saída para sustentabilidade financeira, todas as áreas de sua atuação ficarão comprometidas, inclusive o pagamento do piso salarial profissional do magistério público. Informou que está em tratativas com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – para que o calendário de pagamento dos profissionais de educação seja equiparado ao de outros servidores.

Em relação à progressão dos diretores de escola, a secretária disse que o tema está sendo discutido na SEE e que o resultado dessa discussão será divulgado nos próximos dias. Sobre a revisão da tabela de vencimento de vice-diretor, afirmou que tal alteração causaria impacto financeiro significativo para o Estado e que, portanto, precisa ser analisada. De acordo com a secretária, os atos de designação de vice-diretores estão sendo divulgados normalmente e ela se comprometeu a prestar esclarecimentos sobre casos específicos. No tocante ao passivo de aposentadorias, anunciou que foi criado um grupo de trabalho para dar celeridade aos processos pendentes de análise. Sobre novo processo de Certificação Ocupacional de Diretor de Escola Estadual, informou que está sob análise da SEE. No tocante a uma possível adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, disse que não ocasionará impacto nas nomeações de servidores aprovados em concurso público.

Compromissos e posicionamento da secretária

Redução do passivo de aposentadorias, com apresentação dos números no próximo ciclo do Assembleia Fiscaliza.

Avaliação da possibilidade de alteração da tabela de vencimento do cargo de provimento em comissão de diretor de Escola, constante na Lei nº 15.293, de 5/8/2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado, para ampliar o limite de alunos.

RQN nº 3.419/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para garantir o pagamento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica da rede estadual de ensino.

RQN nº 3.466/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para o cumprimento do Decreto nº 46.206, de 2013, que regulamenta o parágrafo único do art. 22 da Lei nº Lei nº 15.293, de 5/8/2004, que dispõe sobre a progressão na carreira de diretor de escola estadual.

RQN nº 3.489/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as bases legais da decisão de especialistas em educação básica e vice-diretores substituírem temporariamente os diretores de escola, sem remuneração adicional, conforme previsto no art. 39 da Resolução SEE nº 4.127, de 2019; e se, no exercício da substituição, esses especialistas acumulam as atribuições do seu cargo e as do diretor de escola.

RQN nº 3.487/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido informações sobre o planejamento do Estado para a realização de concurso público, com vistas à recomposição de pessoal da Educação, com a previsão de data e o número de vagas, por carreira.

RQN nº 3.475/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações sobre a proposta para o pagamento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica da rede estadual de ensino.

2.3 Educação Especial

Os deputados da Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência presentes à reunião reconheceram o bom relacionamento com a Secretaria de Estado de Educação e lembraram que nos encontros realizados entre a secretária e os parlamentares em 2019 foram tratados temas importantes, como a vice-direção nas escolas especiais, o grupo de trabalho para reestruturar essas instituições e a elaboração de termo de parceria com as Apaes. Disseram estarem satisfeitos com os avanços obtidos e expressaram o seu apoio à gestão. Pediram para que a secretária se manifestasse acerca das expectativas que estão sendo criadas na educação especial e dos seus planos para a área.

A secretária relatou que concorda com os posicionamentos tomados pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Informou que estão concluindo algumas deliberações estabelecidas durante os referidos encontros. Esclareceu que o programa da secretaria trabalha em três eixos – acesso, permanência do aluno e qualidade do ensino – e que há questões delicadas

a serem resolvidas na educação especial, como a situação do professor de apoio e a identificação do aluno ao entrar na rede de ensino. De acordo com a secretária, a educação especial não estava sendo bem cuidada no Estado.

Para Julia Sant'Anna, é fundamental receber bem os alunos com deficiência e estimular a sua permanência nas escolas a partir da boa qualidade da oferta. Disse que tem prestado todo o apoio à equipe da SEE para que a educação especial se torne um tema transversal e falou do desafio de integrar as políticas. Observou que a Defensoria Pública sinalizou a demanda de apoio a esses alunos por parte da assistência social. Ressaltou que a política de atenção da secretaria aos alunos com deficiência mudou e solicitou o apoio dos deputados para que possa articular o atendimento complementar a esse público junto às demais secretarias de Estado.

De forma mais específica, foram apresentadas as seguintes questões à secretária acerca do tema:

- Construção do modelo de parceria com as Apaes. Como alternativa à dificuldade de cessão de professores do Estado a essas instituições, apontou-se que o modelo adotado pelo Município de Belo Horizonte para financiamento às creches seria o mais flexível, ao permitir que os recursos sejam usados tanto para contratação de profissionais como para investimento na infraestrutura.
- Possibilidade de os pais escolherem a escola em que matricularão seus filhos com deficiência. A secretária considerou que a família tem direito de optar pela modalidade de ensino dos seus filhos, cabendo à SEE a obrigação de ampará-los, seja na educação inclusiva ou exclusiva.
- Emissão dos laudos de avaliação das deficiências para matrícula dos alunos na educação especial. A secretária afirmou que está atuando para promover mais integração com os sistemas municipais. Disse ainda que está identificando, com a Secretaria de Estado de Saúde e com Superintendências Regionais de Ensino, os locais mais adequados em cada município para realizar o diagnóstico do aluno. Ressaltou a importância de realização do diagnóstico de aprendizagem no momento da entrada do aluno na rede, para que as

necessidades específicas de cada aluno, pois o atendimento realizado atualmente não é individualizado. Relatou que a dificuldade de emissão dos laudos de avaliação de deficiência por instituições públicas foi abordada em uma reunião da secretaria com o Ministério Público. Observou que, em razão dessa dificuldade, os pais buscam outros locais para obter os laudos com a indicação de todo o encaminhamento pedagógico – que, no entanto, deveria ser planejado pela secretaria em conjunto com a família.

- Investimento nas oficinas pedagógicas, instrumentos importantes para melhorar as condições das pessoas com deficiência. A secretária respondeu que a questão do financiamento das oficinas será abordada durante a identificação das necessidades do aluno com deficiência – só assim será possível avaliar quais as ferramentas pedagógicas mais adequadas para que a escola possa atender a essas necessidades.
- Acessibilidade nas escolas. Foram mencionados problemas relativos à estrutura física de algumas escolas em diferentes regiões do Estado, como a falta de rampas adequadas para alunos com mobilidade reduzida.

Compromissos e posicionamento da Secretária

Avaliação da possibilidade de adequar o processo de matrículas da rede estadual de ensino às especificidades dos alunos com deficiência.

Atuação para mais integração com os sistemas municipais de ensino e saúde, para viabilizar a emissão dos laudos de avaliação das deficiências para matrícula dos alunos na educação especial.

Avaliação da possibilidade de investimento nas oficinas pedagógicas, consideradas importantes instrumentos para aprimorar as condições das pessoas com deficiência.

RQN nº 3.434/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam consideradas as especificidades das pessoas com deficiência no processo de matrículas na rede estadual de ensino.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTOS

2.4) Educação de tempo integral

Os parlamentares apresentaram questionamentos sobre o número de alunos atendidos, previsão de atendimento para 2020 e integração entre educação integral e profissional. Segundo a titular da Pasta, em 2019 as matrículas de educação integral nos ensinos fundamental e médio corresponderam a apenas 5% das matrículas da rede estadual de ensino, ao passo que o Plano Estadual de Educação prevê que até 2024 essa proporção corresponda a 25%.

No relatório de gestão enviado pela secretária a esta Casa, consta que para 2020 é prevista a abertura de 95.000 novas vagas, das quais 40.000 no ensino fundamental e 55.000 no ensino médio. Para o ensino médio, é prevista a oferta de vagas tanto para o ensino integral regular quanto para o técnico integrado ao ensino médio.

Em relação à oferta de cursos de educação profissional, foi informado que está sendo elaborado um plano para aplicar aproximadamente R\$60 milhões, oriundos do Pronatec, em ações de educação profissional. Esse plano é um trabalho conjunto realizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e a SEE, acompanhado pelo MEC. O programa levará em consideração as especificidades da economia e das demandas de mão de obra das regiões do Estado, e os cursos serão em tempo integral ou em meio horário.

Compromisso e posicionamento da secretária

Elaboração de plano de aplicação de aproximadamente R\$60 milhões, oriundos do Pronatec, em ações de educação profissional.

RQN nº 3.468/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as metas de expansão da oferta de educação em tempo integral para 2020, compreendendo a distribuição das vagas por região do Estado, o número de profissionais que serão contratados e a proposta curricular do programa.

COMPROMISSO

REQUERIMENTO

2.5) Ensino médio

Os parlamentares solicitaram à secretária esclarecimentos acerca da construção do currículo para o ensino médio. Segundo a titular da Pasta, em 2018 a SEE finalizou a elaboração do Currículo Referência de Minas Gerais para a educação infantil e ensino fundamental, de forma dialogada entre o Estado e os municípios e com a participação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais – Undime/MG. Da mesma forma, o currículo para o ensino médio está sendo elaborado e sua implementação está prevista para 2020. Em setembro, foi enviado ofício às escolas com a primeira versão do documento. Agora está sendo realizada consulta pública, com previsão de encerramento em outubro. Além disso, serão realizados encontros em cada uma das Superintendências Regionais de Ensino. A expectativa é de que o documento final com o currículo para o ensino médio seja entregue ao Conselho Estadual de Educação em dezembro, para que o Conselho realize a homologação ainda em 2019.

Compromisso e posicionamento da secretária

Elaboração e entrega da versão final do Currículo Referência de Minas Gerais para o ensino médio ao Conselho Estadual de Educação para análise e homologação.

COMPROMISSO

2.6) Educação Profissional

A secretária foi indagada sobre o quantitativo de escolas e estudantes atendidos pelo ensino profissionalizante no Estado e se há previsão de novos cursos para 2020. De forma específica, foi questionada sobre a previsão de ampliação do curso de magistério, em vista da procura da população por esse curso, especialmente no Vale do Aço. Os parlamentares também consideraram necessário buscar o aperfeiçoamento dos cursos profissionalizantes e solicitaram que, enquanto não se cria uma política específica, seja mantido o atendimento nos locais em que já existem.

A secretária disse que a política do governo federal para essa área foi anunciada recentemente. Informou que, devido ao saldo de recursos do Pronatec no Estado, a Secretaria recebeu uma visita do secretário para educação profissional no MEC. Estão com um trabalho de repactuação desses

recursos e a política vai ser anunciada de acordo com a legislação da educação, mas também com a dinâmica econômica do Estado, de forma a georreferenciar os cursos para que os alunos sejam imediatamente absorvidos pelo mercado de trabalho.

A titular da Pasta lembrou que a educação profissionalizante guarda relação com a reforma do ensino médio, uma vez que nessa etapa se trabalha a possibilidade de profissionalização do aluno, para que ingresse no mercado de trabalho logo após a conclusão do ensino médio. Disse que é necessário conferir cada vez mais oportunidades e opções aos estudantes, para que aqueles com urgência de trabalhar diretamente após a conclusão tenham esse amparo. Informou que o governo anunciará em breve que também serão contempladas, na expansão do ensino integral, escolas com a integração com a educação profissional. O aluno concluirá o ensino médio já com a profissão, que estará relacionada à dinâmica produtiva da região. Esse trabalho foi realizado de forma integrada com a Sedese, para dar coerência ao projeto. Também haverá um anúncio relativo à inclusão de dezenas de escolas na formação de professores, pois essa é uma demanda expressiva dos municípios. A secretaria deve amparar os municípios com a geração de vagas para a formação de professores.

Compromissos e posicionamento da secretária

Divulgar a política do Estado para a educação profissional, de acordo com a legislação educacional, considerando a dinâmica econômica do Estado, de forma a georreferenciar os cursos para que os alunos sejam imediatamente absorvidos pelo mercado de trabalho.

Contemplar, na expansão da educação integral, escolas com a integração com a educação profissional.

RQN nº 3.496/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento para a oferta de educação profissional em 2020, compreendendo a distribuição das vagas por região do Estado, cursos ofertados e número de alunos atendidos.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTO

2.7) Educação Superior

Em relação à educação superior, os parlamentares apresentaram questionamentos sobre os

seguintes assuntos:

- Situação da Subsecretaria de Ensino Superior e razões para a demora na escolha e nomeação de seu titular;
- Repasse dos recursos destinados às instituições estaduais de educação superior, já que são geridos de forma conjunta entre a SEE e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede;
- Ações desenvolvidas para melhoria dos planos de carreira dos servidores da educação superior estadual;
- Ações para captar recursos da iniciativa privada para financiar as instituições estaduais de ensino superior e para reduzir os gastos destas com pessoal.

Em relação ao provimento dos cargos da Subsecretaria de Educação Superior da SEE, a secretária justificou a demora do processo alegando rotinas administrativas. De acordo com o que relatou, no processo seletivo para o cargo de Subsecretário foi exigido dos candidatos, além de formação e capacidade técnica requeridos para o cargo, conhecimento da situação do ensino superior estadual e capacidade de promover interlocução entre a SEE e as IES estaduais. A escolhida para o cargo foi Augusta Fagundes, professora universitária com formação nas áreas de Direito e Educação.

Quanto ao financiamento das IES estaduais, a titular da Pasta informou apenas que foram empenhados 61,07% do orçamento da Unimontes. Não foi informada a execução financeira dessa instituição, nem da Uemg, nem como os recursos dessas entidades são administrados pela SEE e pela Sede.

No tocante à captação de recursos do setor privado para financiar as IES estaduais, a secretária mostrou-se favorável ao pleito e citou exemplo da Unimontes, cuja fundação de apoio, Fundação de Desenvolvimento do Ensino Superior no Norte de Minas – Fadenor –, tem realizado captação de recursos no setor privado, aplicando-os nos laboratórios e na reestruturação de imóveis da instituição. Esses recursos foram captados por meio de mapeamento dos arranjos produtivos da

região e definição das instituições privadas que neles atuam.

Por fim, não foram prestados esclarecimentos sobre as carreiras da educação superior e as perspectivas para sua reestruturação. Sobre questões semelhantes relativas a despesas com pessoal em outros níveis de ensino, a secretária frisou que a situação fiscal do Estado dificulta tal reestruturação.

RQN 3.498/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a execução financeira da Uemg e Unimontes em 2019 discriminada por áreas (ensino, pesquisa e extensão) e a proporção desse montante em relação ao valor planejado.

REQUERIMENTO

2.8) Infraestrutura das escolas estaduais

Os parlamentares inquiriram a secretária sobre os critérios que serão utilizados na seleção das escolas a serem revitalizadas no âmbito da 3ª fase do Programa Mãos à Obra na Escola, mencionando que algumas não foram contempladas nas fases anteriores, apesar da necessidade de manutenção. As quadras esportivas nas escolas também foi objeto de discussão pelos parlamentares, que chamaram a atenção para a necessidade de parceria entre municípios, Estado e Legislativo (por meio de emendas parlamentares) para a construção e reforma desses equipamentos.

A secretária informou que nas fases anteriores do Programa Mãos à Obra na Escola foram selecionadas escolas com base no dimensionamento de urgências, incluindo aquelas com processos judiciais de regularização de infraestrutura. Informou que a SEE está realizando um diagnóstico centralizado da rede, com previsão de conclusão em duas semanas, que possibilitará um planejamento adequado para intervenção nas escolas. No tocante às quadras escolares, disse que a SEE está realizando adequações técnicas para utilização de recursos financeiros advindos de programas do FNDE.

Compromisso e posicionamento da secretária

Realização de diagnóstico dos problemas de infraestrutura das escolas da rede estadual de ensino, para planejar as intervenções.

RQN nº 3.500/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os resultados do diagnóstico da infraestrutura das escolas estaduais e exposição do plano de trabalho para as próximas etapas do Programa Mãos à Obra nas Escolas.

2.9) Alimentação escolar

A secretária relatou que a SEE instituiu um grupo para avaliar a aplicação do Decreto Estadual nº 47.557, de 10/12/2018, em seus aspectos econômicos e sociais. Os deputados solicitaram que a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente seja informada dos trabalhos do grupo em questão.

A titular da Pasta esclareceu que os repasses de recursos estaduais destinados à alimentação escolar foram regularizados e que até o mês de outubro de 2019 foram executados R\$115,5 milhões da cota estadual destinada à alimentação escolar. Também informou que a Pasta está trabalhando para ampliar a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar e solicitou apoio dos parlamentares para estreitar as relações entre os diretores de escola e esses agricultores.

Questionada sobre a viabilidade de incluir o mel no cardápio das escolas estaduais, a secretária posicionou-se favoravelmente e afirmou que a regularização dos repasses da alimentação escolar facilita a adoção de medidas para viabilizar a inclusão do alimento no cardápio. Também ressaltou que tem trabalhado para ampliar a diversidade dos cardápios de alimentação escolar.

Os parlamentares pontuaram que em algumas escolas de educação especial não havia oferta regular de alimentação aos alunos e que dependiam de doação para ofertar alimentação adequada aos alunos. A secretária esclareceu que essa situação era decorrente do atraso do repasse às

escolas dos recursos estaduais destinados à alimentação escolar e que, se ainda houver escolas nessa situação, o problema será prontamente tratado pela Pasta.

Compromisso e posicionamento da secretária

Ampliação do cardápio de alimentação escolar.

COMPROMISSO

2.10) Escolas cívico-militares

Os parlamentares questionaram a secretária sobre quais critérios foram utilizados para selecionar as escolas estaduais que implantarão o modelo cívico-militar e sobre uma possível expansão do programa em 2020.

De acordo com a secretária de Educação, as escolas aptas a pleitear a participação no programa federal de escolas cívico-militares deveriam ter baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb –, estarem localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ofertarem turmas dos anos finais do ensino fundamental ou de ensino médio e ter aprovação da comunidade escolar. Foram selecionadas duas escolas estaduais para participarem do programa.

Quanto à expansão do programa, a titular da Pasta afirmou que esse pleito não é exequível na atual conjuntura financeira e solicitou apoio dos parlamentares para a discussão de eventual modelo a ser adotado no Estado, para a captação dos recursos necessários à sua implementação e para obter orientações mais claras do governo federal em relação ao programa, já que alguns de seus aspectos têm gerado dúvidas por parte das unidades federativas.

RQN nº 3.479/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre quais escolas da rede estadual de ensino manifestaram interesse em participar do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação, qual o impacto financeiro da implantação do modelo cívico-militar nas escolas selecionadas, qual o ator responsável pela remuneração dos militares que atuarão no programa e qual modelo político-pedagógico será adotado.

2.11) Políticas de combate à violência contra a mulher

De acordo com os parlamentares, Minas Gerais é destaque nacional no número de casos de feminicídio e de violência contra a mulher, por isso é necessário que a política educacional seja instrumento para a promoção da igualdade e também para o combate à discriminação contra a mulher, à violência e ao feminicídio. Os parlamentares também disseram considerar fundamental que sejam fortalecidas as políticas de proteção às mulheres.

Outro assunto abordado foi o lançamento do concurso de redação com o tema “A importância da educação na prevenção à violência contra a mulher e ao feminicídio”, fruto de parceria entre a SEE, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, o Ministério Público e a ALMG, com o objetivo de sensibilizar estudantes para o combate de práticas cotidianas de violência contra as mulheres. Um dos parlamentares reafirmou o seu compromisso de apresentar emenda parlamentar à Lei Orçamentária, destinando recursos para as escolas onde estudam os alunos premiados no concurso (R\$500 mil para a escola do 1º colocado e prêmios de R\$300 mil, R\$200 mil, R\$100 mil e R\$50 mil, sucessivamente, até a 5ª colocação).

A secretária foi questionada sobre a evasão das mulheres na Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista que representam 48% dos alunos dessa modalidade de ensino. Também inquiriram sobre as políticas que serão desenvolvidas para viabilizar uma cultura de combate à violência nas escolas e para a preparação das mulheres para o mercado de trabalho e a conquista de sua autonomia.

Em resposta, a secretária enalteceu o lançamento do concurso de redação. Disse que o edital ainda não havia sido publicado por tratar-se de uma inovação na política educacional do Estado e por

envolver dispêndio de recursos financeiros, o que demanda análise criteriosa pelos órgãos de controle. Segundo ela, há previsão de que a publicação ocorra em até 10 dias.

No tocante ao tema violência contra as mulheres, disse que deve ser tratado cotidianamente nas escolas. Informou que a SEE está criando protocolos para orientar a ação das escolas para que os casos de violência contra mulher sejam identificados e cheguem ao conhecimento dos órgãos de acompanhamento e investigação, contribuindo para reduzir o número de feminicídios no Estado. Os protocolos estão sendo construídos com a colaboração do Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar.

Quanto à evasão das mulheres na Educação de Jovens e Adultos, enfatizou que muitas vezes elas deixam de ir à escola para cuidar da família. Por isso, a SEE está trabalhando para oferecer, dentro do que é permitido legalmente, a Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância, o que permitiria às mulheres que não podem frequentar as aulas presenciais concluir sua formação.

Após a exposição da secretária, os parlamentares ressaltaram a importância de melhor articulação das diversas secretarias para mais eficácia no combate à violência no Estado. Sugeriram que seja construído um núcleo permanente de discussão para pensar programas de proteção e prevenção à violência no Estado, com a participação dos parlamentares. Além disso, relataram que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher da região metropolitana de Belo Horizonte e produziu um documento com diagnóstico sobre as condições de atendimento dessas unidades, que será entregue às secretarias de governo na primeira quinzena de novembro. Disseram que esperam contar com a presença de representantes da SEE à solenidade de entrega do documento, pois entendem que é fundamental que a Pasta se integre no debate sobre violência doméstica e feminicídio. Segundo eles, a educação pode contribuir não apenas para o empoderamento e a autonomia das mulheres, mas também para a mudança do comportamento dos agressores.

Compromissos e posicionamento da secretária

Publicação do edital do concurso de redação com o tema “A importância da educação na prevenção à violência contra a mulher e ao feminicídio”.

Criação de protocolos para orientar a ação das escolas nos casos de violência ou de suspeita de violência contra mulheres, com vistas a reduzir o número de feminicídios no Estado.

Oferta de Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância, com a finalidade de permitir às mulheres que não podem frequentar as aulas presenciais concluir sua formação.

COMPROMISSOS

REQUERIMENTO

RQC nº 5.074/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requerem seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Defesa dos Direitos da Mulher para debater os problemas de acesso e permanência de mulheres em situação de violência na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

2.12) Programa Jovem de Futuro

Os parlamentares solicitaram à secretária esclarecimentos acerca do Programa Jovem de Futuro. A secretária enfatizou que não há financiamento privado da educação pública em Minas Gerais. Explicou que o programa é uma metodologia desenvolvida pelo Instituto Unibanco e que está sendo implementada na rede estadual de ensino com o objetivo de fortalecer as competências de gestão dos diretores de escola. Segundo ela, a metodologia é adotada em muitos estados brasileiros com resultados expressivos na melhora dos índices educacionais.

RQC nº 5.089/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requerem seja realizada audiência pública desta comissão, para debater sobre os indicadores da Educação Básica, relativos a acesso, permanência e aprendizagem dos alunos, bem como infraestrutura escolar e condições de trabalho docente, com a participação da secretária de Estado de Educação e do secretário de Estado de Planejamento e Gestão.

REQUERIMENTO

2.13) Outros assuntos abordados pelos parlamentares

- Oferta de transporte escolar no Município de Montes Claros: a secretária solicitou apoio dos parlamentares para intermediar as negociações com a gestão municipal, a fim de

garantir a regularização do transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino.

- Crítica aos critérios de seleção de profissionais para os cargos de provimento em comissão de Superintendentes Regionais de Ensino.
- Indagação à secretária se existe algum plano para municipalizar as escolas estaduais. Segundo a secretária, essa proposta não existe e a municipalização só ocorre mediante demanda dos chefes dos executivos municipais e após análise criteriosa da SEE.
- Ampliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd. A secretária respondeu que a Pasta tem buscado integração com a Polícia Militar e que é necessário diagnosticar as escolas que mais têm necessidade do programa.
- Os parlamentares perguntaram se há previsão orçamentária para as comunidades e os povos tradicionais em 2020. A secretária não esclareceu a respeito.

RQN nº 3.482/2019 (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia)

Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as projeções financeiras e orçamentárias para a Educação Indígena e para a educação nas comunidades tradicionais para o exercício de 2020.

REQUERIMENTO